

## APRESENTAÇÃO

A *Revista Inter-Ação* (FE/PPGE/UFG) abriu chamada pública para o “Dossiê Educação, Trabalho e Movimentos Sociais” (volume 42, n. 2, maio/ago. 2017) num momento histórico em que a nação passa por graves crises de representação social.

Tais crises, de proporções incomensuráveis, resvalam na perda real de direitos sociais e no prejuízo simbólico – fragilização do pertencimento social – da credibilidade nas instituições e no poder constituído. Não se tem registro na história do Brasil de uma composição tão espúria do Congresso Nacional, orbitando no campo dos crimes contra o patrimônio público, contra os direitos humanos, contra o meio ambiente, dentre outros que violam inexoravelmente o ordenamento social. Esse mesmo congresso – com letras minúsculas –, que golpeou a nação brasileira sem fundamentação jurídica ou política, arregimentado por setores do capital especulativo e da mídia nacional, tem votado por retrocessos sociais quanto à legislação trabalhista e ambiental e também por cortes em verbas para educação, saúde, ciência e tecnologia.

A violência no espaço rural brasileiro, materializada no incêndio criminoso de barracos em acampamentos, no assassinato de lideranças indígenas, quilombolas e camponeses e na expulsão de colônias de pescadores, tem sido um exemplo de como as várias estruturas hegemônicas leem o momento atual das relações sociais brasileiras. Esse cenário remonta ao início da ação da ditadura civil-militar dos anos 1960 e 1970, quando os movimentos sociais do campo eram dissolvidos através da violência de milícias privadas e governamentais.

A recente aprovação da reforma trabalhista, mais do que perdas sociais incalculáveis, representa um retrocesso na divisão social do trabalho, lançando na ordem do dia a eliminação de trabalho (não apenas de emprego), ao mesmo tempo em que possibilita a recriação de uma grande reserva de trabalhadores desempregados, forçando a redução dos salários, bem como do poder aquisitivo dessa massa de cidadãos. Tal conjuntura oculta uma contradição fundamental: a de que a capitalização do capital só é possível

sobre o trabalho não remunerado, e não através do consumo, como apregoam os arautos da “modernização” das relações de trabalho, lançando-nos a todos na acumulação primitiva do capital, ou seja, remetendo-nos de volta ao século XVIII.

No campo educacional, o momento também é de preocupação. As forças hegemônicas estão caminhando em várias direções: corte de verbas para a educação pública, não cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, incentivo ao avanço do setor privado, ao mesmo tempo em que facilita a internacionalização do sistema educacional brasileiro.

Segmentos sociais que compõem o governo ilegítimo impuseram uma nova agenda ideológica à sociedade nacional e aos movimentos sociais da área de educação. Entrou na pauta das elites a implantação das escolas “sem partido”, com a eliminação de disciplinas nas áreas de humanidades, artes e educação física nas escolas de ensino fundamental e médio, bem como a criação de um currículo escolar voltado às áreas técnicas, para atender ao “mercado de trabalho” (e não à formação integral do ser humano, inclusive para o trabalho). Utilizando-se dos meios de comunicação de massa, incentivam a “vigilância” dos pais contra escolas e professores “rebeldes”. Não bastassem esses movimentos de desmonte do sistema de educação brasileiro, em 2017 anunciou-se a redução drástica de investimentos em ciência e tecnologia, desmobilizando as áreas de pesquisas de base. O quadro ainda é mais grave nos espaços rurais, onde, nos últimos dez anos, foram fechadas quase 30 mil escolas de ensino fundamental, forçando a contínua migração de agricultores e seus filhos e mantendo a situação de masculinização e envelhecimento das populações rurais do Brasil.

Mais que um debate conjuntural, estamos vivendo mudanças estruturais avassaladoras, tendo um futuro ainda mais incerto com o devir das eleições de 2018. Diante de uma elite conservadora, pautada pelas suas saudosas formas de coerção do século XIX, senão do século XVIII, e com a vacância de uma proposta de nação advinda das forças populares e de partidos de esquerda, é imprescindível abandonar esse estado de perplexidade diante dos fatos, das ações e das contradições sociais. Impõe-se a todos nós o papel precípua da academia que, historicamente, contribuiu, de forma crítica e comprometida, com reflexões e estudos sobre a realidade social brasileira, na direção da construção de um projeto de nação que ultrapasse os marcos da racionalidade do capital e de seus instrumentos ideológicos.

Eis a relevância de refletirmos sobre educação, trabalho e movimentos sociais. Convidamos pesquisadores, professores, integrantes de movimentos sociais e demais interessados a lerem este “Dossiê” na perspectiva de que as ações coletivas desenvolvidas em seus microprocessos possam

representar avanços das forças antagônicas ao desmonte do Estado brasileiro, ao qual estamos assistindo. Este “Dossiê” traz reflexões sobre experiências desenvolvidas em diferentes regiões do Brasil, analisando movimentos sociais e educativos dos estados do Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, da Bahia, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Paraná, representando também uma diversidade de temáticas dentro da proposta de “Educação, Trabalho e Movimentos Sociais”.

Na abertura do “Dossiê”, o artigo de Henry Veltmeyer, “Resistance, class struggle and social movements in Latin America: contemporary dynamics”, apresenta um debate fundamental para a compreensão da dinâmica das lutas de classe na América Latina. As diferentes interpretações desse processo, que o autor circunscreve à análise marxista, buscam identificar, nas formas de enfrentamento dos novos movimentos sociais, possibilidades de resistência que desafiem o sistema hegemônico e suas estruturas de poder econômico e político. Veltmeyer questiona se, após a “longa e triste noite neoliberal” – expressão que emprestamos de Rafael Correa em *Equador: da noite neoliberal à revolução cidadã*, que bem descreve o que representou o Consenso de Washington para as economias latino-americanas –, as circunstâncias que originaram novas formas de mudanças estruturais do sistema capitalista também permitiram a reorganização dos movimentos sociais na América Latina, em direção a um combate mais efetivo.

Na sequência, apresentamos três artigos que abordam a concepção de educação *no e do campo*, realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na perspectiva de uma proposta emancipatória diante do contexto de crise agrária e socioambiental. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, o artigo “A concepção de educação do campo no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)”, de Ramofly Bicalho, discute o projeto de educação do campo do MST como proposta emancipatória de formação política dos sujeitos na sua relação com o trabalho coletivo. O artigo evidencia a educação do campo como instrumento na conscientização sobre os princípios defendidos pelos movimentos sociais no campo, como os valores da luta pela terra e da conquista do conhecimento histórico e crítico. Já Renan Dias Oliveira, em seu “O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a educação emancipatória em tempos de crise socioambiental”, apresenta uma análise dos cursos oferecidos pela Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), identificando como o MST interpreta a atual crise socioeconômica e ambiental. Valendo-se das contribuições teóricas de Marx e Engels à Sociologia da Religião, o autor busca compreender as formas pelas quais a proposta educativa implementada pelo Movimento, voltada à formação para a vida e o trabalho, desenvolve uma consciência

ecológica, fundamentada na concepção de “mística” ou religiosidade. Com enfoque mais teórico, Franciel Coelho Luz de Amorim e Raimunda Áurea Dias de Sousa discutem as políticas do Estado para a educação no/do campo no trabalho “A educação no contexto da questão agrária brasileira e as políticas do Estado para a educação no/do campo”, realizando uma importante análise sobre a aproximação das políticas educacionais aos interesses da expansão do capital no espaço rural.

O artigo “Trabalho, agricultura camponesa e produção do conhecimento agroecológico”, de Márcio Gomes da Silva, traz um questionamento acerca do conhecimento dos processos produtivos, a partir da expansão da agricultura capitalista e da conseqüente modernização de seus processos. Sendo eles marcados pela artificialização e pela mecanização no cultivo de monoculturas, a mudança na agricultura camponesa ensejaria também uma mudança na forma de apreensão da realidade, na estrutura de construção dos conhecimentos sobre os processos de produção no campo? Nessa perspectiva, o autor questiona as condições de produção do conhecimento no contexto de expansão do capitalismo no campo.

Em “Trabalho, educação e movimento social: análise sobre o saber e a atuação política dos pescadores afiliados à colônia de pescadores artesanais Z-16 de Cametá-PA”, Egídio Martins, Doriedson do Socorro Rodrigues e Adenil Alves Rodrigues apresentam um relevante estudo de caso que busca identificar as formas pelas quais os saberes dos pescadores da colônia são construídos mediante seu trabalho, compreendendo sua participação política como atividade fundante desse saber e o trabalho como princípio educativo estruturante das relações sociais desses atores. Os elementos que se articulam na constituição do saber dos pescadores são objeto de análise dos autores, que se preocupam também em situá-los histórica e socialmente no contexto de desenvolvimento dessas comunidades.

Dois artigos abordam a problemática dos saberes e conhecimentos construídos em comunidades insulares e marginalizadas. No artigo “Saberes e processos educativos nas experiências de trabalho em territórios insulares”, a autora Maria Graça Silva relata uma pesquisa com uma comunidade insular amazônica, estabelecendo uma profícua relação entre territorialidades e processos educativos em experiências de trabalho e analisando as relações entre a biodiversidade e as práticas produtivas. Abordando os saberes e vivências como elementos estruturantes da sociabilidade da comunidade, o trabalho também discute suas relações com a escola e os conhecimentos instituídos por ela. Já o trabalho de Fabiana Teixeira Marcelino, Shilton Roque dos Santos e Márcio Adriano de Azevedo, intitulado “Buscando e reconhecendo direitos: a produção de conhecimento sobre educação escolar

quilombola”, apresenta um estudo teórico sobre a educação escolar de jovens quilombolas, identificando e caracterizando a produção acadêmica sobre o tema. Considerando que as ações afirmativas e a redução de desigualdades sociais relacionadas a essas comunidades, em um passado recente das políticas públicas implementadas no Brasil, foram fundamentais para seu desenvolvimento, ressaltamos a importância dessa pesquisa no sentido de explicitar o crescimento de estudos acadêmicos envolvendo as comunidades quilombolas.

Uma importante discussão sobre gênero é trazida no artigo “Socialização de gênero nas famílias de trabalhadoras no meio rural sisaleiro: o desafio da ruptura”, de Telma Regina Batista Nascimento. Nele, a autora aborda as relações de poder no contexto familiar das comunidades no meio rural sisaleiro, evidenciando a predominância do patriarcado e apontando a educação como possibilidade de ruptura com a naturalização das relações de poder vinculadas ao gênero.

Para o fechamento do dossiê, integrando os estudos sobre movimentos sociais urbanos, Aldimara Catarina Delabona Brito Boutin traz reflexões atuais no artigo “O movimento de ocupação de escolas públicas e suas contribuições para a emancipação humana”, cuja análise conclui pelo caráter educativo das vivências do movimento estudantil nas ocupações de escolas públicas de todo o país, entre 2015 e 2016, como estratégia formativa em uma proposta transformadora da realidade. O enfrentamento dessa temática tão recente, tomada como práxis revolucionária, que permitiu uma ampliação da consciência sobre as contradições do modelo perverso de produção e reprodução da vida social, antecipa-nos uma sensação expressa nas palavras de José Saramago, em *Memorial do convento*: “Tudo no mundo está dando respostas, o que demora é o tempo das perguntas”.

Na convicção de que as respostas que este “Dossiê” enseja resultarão em novas e profundas perguntas, o apresentamos também como forma de resistência à agenda ideológica e como possibilidade de reflexão, em um momento político no qual essas iniciativas são imperiosas.

José Paulo Pietrafesa

Kellen Cristina Prado da Silva

Comissão Editorial da Revista Inter-Ação (FE/UFG)

Goiânia, agosto de 2017